



Clube Português de Monteiros
Associação Nacional de Caça Maior

CLUBE PORTUGUÊS DE MONTEIROS

Manifesto eleitoral 2020-2022

ISTO TEM QUE MUDAR!

1 - Este é um momento capital da vida do CPM. Após 38 anos bastante centralizados em Lisboa, chegou a hora da implantação sustentada em todo o país através de uma nova orgânica e de uma nova estrutura de funcionamento.

2 - A Caça é culturalmente diferente no Norte, no Centro e no Sul. Apesar das preocupações serem comuns quanto a formação, saúde animal, economia e comunicação, as realidades são distintas quanto a espécies e a vivências. Em cada região as prioridades são distintas e o trabalho será diferente.

3 - Sem descurar a visão do conjunto nem abdicar dos seus valores, o CPM deve intervir proactivamente **junto** dos respectivos caçadores e, mais importante ainda, **com** esses caçadores e **através** desses caçadores, mantendo um permanente diálogo com o país através das novas Delegações regionais Norte, Centro e Sul.

4 - Virada para o futuro, prestes a perfazer 40 anos, a mais antiga organização do sector da Caça em Portugal está agora dotada do enquadramento estatutário, funcional e associativo a nível nacional que lhe permite total legitimidade para propor reformas para o sector e dar respostas concretas às suas carências.

5 - Os tempos mudaram, o país e a Caça também. Esta já foi no passado apenas uma actividade lúdica e exclusivamente associada ao mundo da Agricultura. No futuro (em todo o mundo) terá que passar também a ser protagonista essencial da conservação da Natureza e da regulação da Biodiversidade. Ou deixará de existir.

6 - Caçadores e ambientalistas responsáveis têm que tomar consciência que não podem ser inimigos mas antes aliados estratégicos de uma Causa comum que a todos convoca porque envolve o Planeta todo. Para isso deverão, com paciência e boa-fé, dialogar quanto antes.

7 - O sector da Caça vive há alguns anos sem rumo. Os Clubes, as Associações e as Organizações agem em função de objectivos e interesses próprios - uns porque o querem e lho permitem, outros porque não têm alternativa. Os Governos não integram, não orientam, não regulam e não reformam. Não definem uma Política nacional para a Caça. Fecham as portas ao diálogo ao não reactivarem o seu espaço institucional privilegiado que é o Conselho Nacional da Caça. E fecham-nas também à Sociedade porque sem isso não pode haver pontes para o exterior. Isto tem mesmo que mudar.

8 - As carências da Caça continuam sem respostas. Fogem para Espanha as mais-valias da carne, fresca e transformada, das peças de caça maior abatidas. Perdem-se receitas provenientes dos caçadores internacionais porque a caça não é competitiva no exterior. Não se define uma estratégia para obtenção de ganhos de causa junto de uma Sociedade que nos é hostil. A escalada política dos inimigos da Caça continua. Isto tem que mudar.

9 – É urgente alterar a legislação sobre a Caça e, em particular, o estatuto do Regime cinegético especial. As circunstâncias evoluíram muito desde 1986 e o quadro legal aplicável tem que evoluir também, sob pena de continuar a desmotivação dos caçadores e a lenta asfixia do sector. Não é aceitável que as associações de caçadores possam gerir um território e não possam comercializar a caça que criam, ao contrário do que sucede na Europa. Também isto tem que mudar.

10 – Actos de caça devem sê-lo com transparência e não necessitem de sofismas para se justificarem. Acções de “correção de densidades”, de “prevenção” da peste suína africana, ou para evitar “prejuízos nas culturas” devem legitimamente ser exercidas de forma apropriada ao abrigo da figura jurídica adequada.

11 – A Tapada Nacional de Mafra vai mesmo mudar. Concluído um período negro da sua história, tem que recuperar a credibilidade perdida e retomar o crescimento. O que também passa por voltar à prática da caça sustentável na respectiva Zona de Caça Nacional. Lá estaremos.

12 – Garantiremos a sustentabilidade da Comissão Nacional de Homologação de Troféus (CNHT), aumentando o número de peritos nacionais habilitados e procedendo às alterações orgânicas que se revelarem adequadas, articulando o seu funcionamento com o CIC internacional.

13 – Seguiremos diversificando as acções de caça para os associados, fortalecendo relações pessoais e consolidando princípios e valores que defendemos no exercício da Caça maior. Chamando os mais jovens, preparando a transição.

14 - Colaboraremos com quaisquer entidades administrativas, políticas e legislativas, dentro e fora do país, para melhorar o regime da Caça e valorizar o seu exercício.

15 - Continuamos disponíveis. Contamos para isso com a confiança, o apoio e a intervenção de todos os associados.

Lisboa, 25 de Maio de 2020

Artur Torres Pereira

Álvaro dos Santos Amaro

José Luís Lopes